

ATA Nº. 25/2013

Ata da reunião ordinária da Câmara Municipal
de Vila Real de Santo António, realizada no dia
19 DE NOVEMBRO DE 2013.

Aos dezanove dias do mês de novembro de 2013, em Vila Nova de Cacela, no edifício sede da Freguesia de Vila Nova de Cacela, encontrando-se presente o Excelentíssimo Senhor Presidente da mesma Câmara, **Luís Filipe Soromenho Gomes**, comigo, Francisco José Leiria Sabino, Chefe da Divisão de Atividades Económicas, compareceram, pelas 09.10 horas, os Srs. Vereadores **Sílvia Maria Lopes Madeira**, em substituição de **Maria da Conceição Cipriano Cabrita**, **João Filipe de Brito Sol Pereira**, **João Manuel Lopes Rodrigues**, **David Matias Murta**, **Célia Maria Marques da Rosa Paz**, em substituição de **Luis Miguel Cristo Salvador Salas**, e **José Estevão Correia da Cruz**, a fim de se realizar a reunião ordinária a que se refere o artigo 40º. da Lei n.º 75/2013, de doze de setembro.

ABERTURA DA REUNIÃO: - Verificando-se a presença da totalidade dos membros da Câmara Municipal, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, com a seguinte Ordem do Dia:

- **APROVAÇÃO DA ATA ANTERIOR;**
- **MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO PARA O ANO DE 2014;**
- **ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA O ANO ECONÓMICO DE 2014;**
- **CONTRATO DE ARRENDAMENTO DO PARQUE MUNICIPAL DE CAMPISMO DE MONTE GORDO;**
- **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE REVISOR OFICIAL DE CONTAS, A ENTIDADE EXTERNA, PARA O MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO – RENOVAÇÃO 2013/2014 - PEDIDO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO;**

- CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA ELETROTÉCNICA – RENOVAÇÃO 2013/2014 - PEDIDO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO;
- PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REPARAÇÃO DOS PARQUES INFANTIS DO CONCELHO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO;
- GARANTIA PARA EQUIPAMENTO CISCO, SOLUÇÃO DE BACKUP IBM E CONTRATO DE MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS DE PREVENÇÃO E CORREÇÃO DE EVENTUAIS ANOMALIAS – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS;
- CANCELAMENTO DO ÓNUS DE INALIENABILIDADE - MARIA AUGUSTA AGOSTINHO DA CRUZ MARQUES - RATIFICAÇÃO;
- APOIO AO ARRENDAMENTO HABITACIONAL - 3.ª RENOVAÇÃO: VITORINO CAMPINAS FILIPE;
- PLANO DE ORDENAMENTO DO ESPAÇO PÚBLICO PARA O QUARTEIRÃO DO MERCADO MUNICIPAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO;
- DECLARAÇÃO PARA EFEITOS DE CANDIDATURA JESSICA;
- MINUTA DE PROTOCOLO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO E A FUNDAÇÃO DA JUVENTUDE, DELEGAÇÃO DO ALGARVE, NO ÂMBITO DA FORMAÇÃO PRÁTICA EM CONTEXTO DE TRABALHO;
- ADENDA AO CONTRATO-PROGRAMA RELATIVO AO FINANCIAMENTO DO PROGRAMA DE GENERALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES AOS ALUNOS DO 1º. CICLO DO ENSINO BÁSICO;
- PEDIDO DE INFORMAÇÃO ACERCA DE EVENTUAL EXERCÍCIO DO DIREITO LEGAL DE PREFERÊNCIA REFERENTE A IMÓVEL SITO NA RUA DR. ANTÓNIO PASSOS, Nº. 56, EM VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO;
- ATRIBUIÇÃO DE NUMERAÇÃO POLICIAL NA FREGUESIA DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO;
- ATRIBUIÇÃO DO APOIO FINANCEIRO, NO VALOR DE 6 000.00€ PARA O AGRUPAMENTO DE ESCOLAS D. JOSÉ I E NO VALOR DE 1000€ PARA O AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO;
- ISENÇÃO DAS TAXAS RESPEITANTES AO LICENCIAMENTO DO “ACAMPAMENTO OCASIONAL” - CORPO NACIONAL DE ESCUTAS, ESCUTISMO CATÓLICO PORTUGUÊS - AGRUPAMENTO Nº 1370 DE VILA REAL STº ANTÓNIO;
- ISENÇÃO DAS TAXAS RESPEITANTES À APRECIÇÃO E LICENCIAMENTO DO ESPETÁCULO DE SOLIDARIEDADE - 1º. CONCURSO DE FADO, A REALIZAR NO DIA 17 DE NOVEMBRO DE 2013, NA ESCOLA SECUNDÁRIA DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO;
- PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO.

FALTAS: - Verificaram-se as ausências da Sra. Vereadora Maria da Conceição Cipriano Cabrita, por motivos de saúde, e do Sr. Vereador Luis Miguel Cristo Salvador Salas, por motivos profissionais, face ao que a Câmara deliberou, por unanimidade, considerar justificadas as respetivas faltas.

BALANCETE: - Foi presente o Mapa Resumo Diário da Tesouraria do dia de ontem, apresentando um saldo de 512.737,70 € (quinhentos e doze mil setecentos e trinta e sete euros e setenta cêntimos).

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

Pelos Srs. Vereadores da bancada do Partido Socialista, David Murta e Célia Paz, foi apresentado e lido um requerimento, que ficará apenso à ata, questionando sobre a veracidade da penhora das contas bancárias da Câmara Municipal e, em caso afirmativo, qual o motivo que a originou.

Foi ainda presente pelos Srs. Vereadores do Partido Socialista uma Proposta de Intervenção relativa a um Caminho Municipal na Freguesia de Vila Nova de Cacela, que também ficará apensa à ata, na qual solicitam a realização de uma obra de repavimentação, e propõem que a Câmara Municipal possa deliberar sobre a realização e execução da infraestrutura.

Pelo Sr. Presidente foi referido que, face à lei dos compromissos, a proposta não tem cabimento legal.

O Sr. Presidente fez um ponto de situação relativo aos requerimentos apresentados pelos Srs. Vereadores do Partido Socialista:

- Requerimento apresentado pelo Partido Socialista, em 5 de novembro de 2013, solicitando informação sobre o contrato realizado entre a SGU e o Hospital Particular do Algarve e os Serviços Médicos Cubanos: O Senhor Presidente informou que os Senhores Vereadores poderão, nas instalações da VRSA-SGU, EM S.A., na presença do Dr. Pedro Pires, consultar o contrato, em dia e hora a acordar.
- Requerimento apresentado pelo Partido Socialista, em 5 de novembro de 2013, com proposta de intervenção para o Bairro Operário (Lazareto), solicitando intervenção da Câmara Municipal para a realização de um arruamento a sul do bairro e respetivo pavimento: O Senhor Presidente informou que os serviços técnicos da autarquia já estavam a realizar um projeto de requalificação urbana (repavimentação e constituição de novo arruamento e passeio), a fim de estabelecer uma proposta de execução e determinação de mapa de quantidades e orçamentação.
- Requerimento apresentado pelo Partido Socialista, em 5 de novembro de 2013, solicitando à Câmara Municipal a realização de um estudo financeiro do impacto das medidas fiscais em termos de receita para o Município: O Senhor Presidente informou que os serviços técnicos da autarquia já tinham realizado o estudo e que os Senhores Vereadores poderão consultar o mesmo, nas instalações da Câmara Municipal, em dia e hora a acordar com os membros do Gabinete de Apoio à Presidência. O Senhor Presidente informou que as medidas em causa estão a ser aplicadas por obrigatoriedade da adesão ao programa PAEL.

- Requerimento apresentado pelo Partido Socialista, em 5 de novembro de 2013, solicitando que lhes seja facultado um relatório técnico detalhado das obras efetuadas no Concelho: O Senhor Presidente informou que o mesmo está a ser elaborado pelos serviços técnicos e quando estiver concluído os Senhores Vereadores poderão consultar nas instalações da Câmara Municipal, em dia e hora a acordar com os membros do Gabinete de Apoio à Presidência.
- Requerimento apresentado pelo Partido Socialista, em 5 de novembro de 2013, solicitando que lhes seja facultada informação relativa aos processos de apoio ao arrendamento: O Senhor Presidente informou que o mesmo está a ser elaborado pelos serviços da Divisão de Ação Social. Quando estiver concluído, os Senhores Vereadores poderão consultar o documento nas instalações da Câmara Municipal, em dia e hora a acordar com os membros do Gabinete de Apoio à Presidência.
- Relativamente ao pedido de esclarecimento apresentado pelo Partido Socialista, em 5 de novembro de 2013, solicitando informação sobre os números de polícia: O Senhor Presidente informou que relativamente à isenção de taxas pela emissão de Certidões Toponímicas, em caso de alterações decididas administrativamente e não decorrentes de factos dependentes da vontade dos interessados, tem a mesma sido aplicada desde o início destas situações, ao abrigo de deliberação de Câmara de 19 de Junho de 2012. Mais informou que a renumeração/atribuição de numeração policial iniciou-se na sequência de pedidos de certificação de morada efetuados por particulares e entidades, tendo em vista a venda/arrendamento de imóveis, constituição de condomínios de prédios, renovação de documentos pessoais e outros, para os quais lhes é solicitada a emissão pelo município da respetiva Certidão Toponímica. De modo a ser possível a certificação dos números de polícia dos imóveis, e considerando a numeração geral dos arruamentos, na maioria dos casos desatualizada face aos

critérios do Regulamento de Toponímia do município, com numeração não sequencial, por vezes inexistente, repetida quando se trata da existência de vários loteamentos no mesmo arruamento e até outra incorretamente atribuída pelos próprios moradores, surge a necessidade de retificação, de modo a não existirem dúvidas na numeração a atribuir, de forma a evitar problemas com a entrega de correspondência pelos CTT, Tribunal, Entidades policiais. Contudo, o processo possui algumas falhas, nomeadamente nos custos a suportar pelos munícipes para alteração de toda a documentação formal, e desta forma foi suspenso estando a ser avaliada a melhor metodologia de funcionamento.

- Relativamente ao processo da empreitada relativa ao “Sistema Interceptor de Águas Residuais Manta Rota/Altura/ Monte Gordo/VRSA” e o respetivo financiamento: O Senhor Presidente informou que os Senhores Vereadores poderão consultar o processo em dia e hora a acordar com os membros do Gabinete de Apoio ao Presidente, nas instalações da Câmara Municipal.

DELIBERAÇÕES: - Foram tomadas as seguintes deliberações:

APROVAÇÃO DA ATA ANTERIOR.

- Considerando que foram distribuídas, com antecedência, fotocópias da ata aos membros deste órgão, a Câmara deliberou, por maioria, com as abstenções das Sras. Vereadoras Silvia Madeira e Célia Paz, por não terem estado presentes, aprovar a Ata nº. 22 da reunião ordinária realizada em 18 de outubro de 2013.

Pelo Sr. Presidente foi efetuada a seguinte declaração de voto:

O mencionado no requerimento apresentado pelo Partido Socialista na reunião de 18 de outubro de 2013 não corresponde à verdade sobre a forma e a intenção como me pronunciei na rádio.

O Sr. Vereador David Murta referiu que está disponível para, em conjunto com o Sr. Presidente, escutarem a gravação do programa radiofónico.

MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO PARA O ANO DE 2014.

= A Câmara deliberou, por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores David Murta, Célia Paz e José Cruz, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser submetido à aprovação da Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto no artigo 5.º n.º 3 da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, do disposto nos artigos 33.º n.º 1 alínea c) e 25.º n.º 1 alínea a) da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e do disposto no artigo 3.º n.º 2 alínea a) do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, na atual redação, o Mapa de Pessoal do Município de Vila Real de Santo António para o ano de 2014, documentos que constituem parte integrante da respetiva ata.

ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA O ANO ECONÓMICO DE 2014.

= A Câmara deliberou, por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores David Murta e Célia Paz, e o voto contra do Sr. Vereador José Cruz, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser aprovado o Orçamento Municipal e as Grandes Opções do Plano Plurianual para o ano de 2014, atualizar todas as Taxas e Preços Municipais, no valor da inflação prevista no Relatório do Orçamento de Estado para 2014 (2 %), e submeter à aprovação do Órgão Assembleia Municipal, após apreciação técnica feita pela DGAL dos documentos previsionais, de acordo com a alínea b) do nº. 2 do artigo 53º. da Lei nº. 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

Pelos Srs. Vereadores David Murta e Célia Paz foi apresentada uma Declaração de Voto, que foi lida e ficará apensa à ata, na qual lamentam que a oposição não tenha sido convidada a participar na elaboração de tão importante documento, e onde expressam diversas considerações sobre as causas, as razões e as consequências do Orçamento Municipal apresentado, bem como de alguns montantes apresentados no mesmo. Tendo ainda mencionado que da leitura do mesmo não vislumbram uma estratégia clara de combate ao desemprego e de fomento da economia local.

O Sr. José Cruz referiu que não tem estrutura de pessoal para fazer uma análise detalhada desta proposta, pelo que, em orçamentos futuros, deve haver uma informação complementar que desagregue as rubricas, pois não se sabe que verbas estão afetas ao PAEL e as que não estão. Referiu ainda que em 2012 e 2013 os munícipes sofreram com as imposições do PAEL mas até à data ainda não se recebeu as verbas, pelo que não se regista nenhum benefício. Referem que as entidades internacionais mencionam taxas de inflação na ordem dos 0,7% e a Câmara Municipal vai aplicar 2%.

O Sr. Presidente mencionou que o orçamento é de base zero, tendo em conta as imposições do PAEL, e que os 2% têm por base o proposto em orçamento de Estado.

CONTRATO DE ARRENDAMENTO DO PARQUE MUNICIPAL DE CAMPISMO DE MONTE GORDO.

Os Srs. Vereadores do Partido Socialista apresentaram um requerimento propondo que a Proposta fosse retirada em virtude de não estarem reunidas todas as condições para o exercício pleno de uma tomada de posição responsável, documento que ficará apenso à ata.

O Sr. Presidente referiu que mantinha a sua Proposta.

= A Câmara deliberou, por maioria, com a abstenção do Sr. Vereador José Cruz e os votos contra dos Srs. Vereadores David Murta e Célia Paz, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser autorizada a celebração de um contrato de arrendamento entre a VRSA-SGU EM, S.A. e o Município de Vila Real de Santo António, referente a dois prédios urbanos nos quais se localiza o Parque Municipal de Campismo de Monte Gordo, registados na Conservatória do Registo Predial de Vila Real de Santo António sob os n.ºs 1951 e 1952, pelo prazo de 25 anos, e aprovar a minuta do contrato de arrendamento, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

Pelos Srs. Vereadores David Murta e Célia Paz foi apresentada uma Declaração de Voto, que foi lida e ficará apensa à ata.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE REVISOR OFICIAL DE CONTAS, A ENTIDADE EXTERNA, PARA O MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO – RENOVAÇÃO 2013/2014 - PEDIDO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO.

= A Câmara deliberou, por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores David Murta e Célia Paz, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser emitido o parecer previsto nos n.ºs 4 e 8 do artigo 75.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro, para renovar o contrato de prestação de serviços do Revisor Oficial de Contas, com a entidade Oliveira, Reis & Associados, SROC, Lda., para elaborar, semestralmente, relatórios de contas da autarquia e consultadoria fiscal e contabilística, pelo período de 1 (um) ano, conforme a cláusula 3.ª do Contrato de Prestação de Serviços 20/2012, de 28 de Novembro de 2012, e por se tratar de um compromisso plurianual, que se submeta à aprovação da Assembleia Municipal, no cumprimento do n.º 1 do Artigo 6.º da Lei de n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro, que obriga que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, está sujeita a autorização prévia da Assembleia Municipal, quando envolvam entidades da administração local, com fundamento no teor da Informação do Núcleo da Contratação Pública da Divisão de Atividades Económicas, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

Pelos Srs. Vereadores David Murta e Célia Paz foi apresentada uma Declaração de Voto, que foi lida e ficará apensa à ata, na qual referem que em processos de prestação de serviços deste género se deveriam convidar a apresentar proposta pelo menos 3 concorrentes, e que esse processo de consulta ao mercado poderia trazer uma poupança de despesa para o Município.

O Sr. Vereador José Cruz disse que votava favoravelmente por ter confiança no trabalho que o ROC tem vindo a produzir ao longo dos anos que desenvolve atividade no Município.

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA ELETROTÉCNICA – RENOVAÇÃO 2013/2014 - PEDIDO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Vereador João Sol Pereira, no sentido de ser emitido o parecer previsto nos n.ºs 4 e 8 do artigo 75.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro, para renovar o contrato de prestação de serviços na área da Engenharia Eletrotécnica à entidade **Dinis Filipe Mestre Teixeira**, pelo período de 1 (um) ano, conforme a cláusula 3.ª do Contrato de Prestação de Serviços 19/2012, de 27 de Novembro de 2012, e por se tratar de um compromisso plurianual, que se submeta à aprovação da Assembleia Municipal, no cumprimento do n.º 1 do Artigo 6.º da Lei de n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, que obriga que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, está sujeita a autorização prévia da Assembleia Municipal, quando envolvam entidades da administração local, com fundamento no teor da Informação do Núcleo da Contratação Pública da Divisão de Atividades Económicas, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

Pelos Srs. Vereadores David Murta e Célia Paz foi apresentada uma Declaração de Voto, que foi lida e ficará apensa à ata, na qual sugerem que se estude os mecanismos legais de forma a integrar o contraente nos quadros do Município.

PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REPARAÇÃO DOS PARQUES INFANTIS DO CONCELHO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO.

= A Câmara deliberou, por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores David Murta e Célia Paz, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser emitido o parecer previsto nos n.ºs 4 e 8 do artigo 75.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro, para contratualizar uma prestação de serviços de reparação de parques infantis no Concelho de Vila Real de Santo António, por um período de 6 (seis) meses, com **João Manuel Caleiro Faria**, e por se tratar de um compromisso plurianual, que se submeta à aprovação da Assembleia Municipal, no cumprimento do n.º 1 do Artigo 6.º da Lei de n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, que obriga que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, está sujeita a autorização prévia da Assembleia municipal, quando envolvam entidades da administração local, com fundamento no teor da Informação do Núcleo da Contratação Pública da Divisão de Atividades Económicas, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

Pelos Srs. Vereadores David Murta e Célia Paz foi apresentada uma Declaração de Voto, que foi lida e ficará apensa à ata, que refere que a prestação de serviços vem ao encontro do mencionado pelo Partido Socialista na campanha eleitoral sobre a degradação dos parques infantis, e que nestas prestações de serviço se deveriam convidar a apresentar proposta pelo menos três concorrentes. E só por isso é que não votam a favor.

O Sr. Vereador José Cruz refere que concorda com a contratação mas alerta que estas competências passam para a Junta de Freguesia.

GARANTIA PARA EQUIPAMENTO CISCO, SOLUÇÃO DE BACKUP IBM E CONTRATO DE MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS DE PREVENÇÃO E CORREÇÃO DE EVENTUAIS ANOMALIAS – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS.

= A Câmara deliberou, por maioria, com os votos contra dos Srs. Vereadores David Murta e Célia Paz, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser emitido o parecer previsto nos n.ºs 4 e 8 do artigo 75.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro, para contratualizar uma prestação de serviços de garantia para o equipamento CISCO, solução de BACKUP IBM existente no município e contrato de manutenção com os fabricantes para a prestação de serviços de prevenção e correção de eventuais anomalias do parque informático, por um período de 1 (um) ano, com a STMI – Sociedade Técnica de Manutenção Informática, Lda., e por se tratar de um compromisso plurianual, que se submeta à aprovação da Assembleia Municipal, no cumprimento do n.º 1 do Artigo 6.º da Lei de n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, que obriga que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, está sujeita a autorização prévia da Assembleia Municipal, quando envolvam entidades da administração local, com fundamento no teor da Informação do Núcleo da Contratação Pública da Divisão de Atividades Económicas, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

Pelos Srs. Vereadores David Murta e Célia Paz foi apresentada uma Declaração de Voto, que foi lida e ficará apensa à ata, na qual referem não compreendem como é que há uma semana a Autarquia não tinha 4.000 euros para o exercer direito de preferência numa casa de habitação social e tem agora 47.500 euros para fazer um contrato desta natureza.

Pelo Sr. Presidente foi efetuada a seguinte declaração de voto: “A proposta apresentada pelo Partido Socialista demonstra desconhecimento sobre a matéria de contratação pública para equipamentos informáticos.”

CANCELAMENTO DO ÓNUS DE INALIENABILIDADE - MARIA AUGUSTA AGOSTINHO DA CRUZ MARQUES – RATIFICAÇÃO.

= A Câmara deliberou, por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores David Murta e Célia Paz, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser ratificado o ato de autorização do cancelamento do ónus de inalienabilidade do imóvel registado sob a inscrição AP. 1506 de 01/07/2011, sito no Bairro Social da Manta Rota, bloco A, fração A, na freguesia de Vila Nova de Cacela e concelho de Vila Real de Santo António, descrito da conservatória com número 3649/20011128 – A, com fundamento no teor da Informação da Divisão de Ação Social, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

Pelos Srs. Vereadores David Murta e Célia Paz foi dito que o Partido Socialista abstinha-se para manter a coerência com a posição anteriormente tomada. E que os seus argumentos já ficaram bem explícitos no ponto 8 da reunião de câmara de 5 de novembro.

APOIO AO ARRENDAMENTO HABITACIONAL - 3.ª RENOVÇÃO: VITORINO CAMPINAS FILIPE.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser autorizado o alargamento excecional do apoio ao Arrendamento Habitacional durante 12 meses, com uma comparticipação máxima de 30% do valor da renda, com fundamento no teor da Informação da Divisão de Ação Social, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

Pelos Srs. Vereadores David Murta e Célia Paz foi apresentada uma Declaração de Voto, que foi lida e ficará apensa à ata, na qual referem que votam favoravelmente com base na informação técnica mas reiteram o pedido apresentado em reunião anterior solicitando uma listagem com todos os arrendamentos subsidiados.

O Sr. Vereador José Cruz referiu que há duas alternativas, segundo a informação técnica, mas deve haver uma melhor fundamentação da proposta adequada.

O Sr. Presidente concordou que efetivamente é necessário melhorar a justificação técnica.

PLANO DE ORDENAMENTO DO ESPAÇO PÚBLICO PARA O QUARTEIRÃO DO MERCADO MUNICIPAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Vereador João Sol Pereira, no sentido de ser aprovado o Plano de Ordenamento do Espaço Público para o Quarteirão do Mercado Municipal de Vila Real de Santo António, elaborado pela unidade orgânica da Divisão de Gestão de Espaço Público da Câmara Municipal, que é constituído por memória descritiva e desenhos técnicos, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

Pelos Srs. Vereadores David Murta e Célia Paz foi apresentada uma Declaração de Voto, que foi lida e ficará apensa à ata, na qual indicam, que embora reconhecendo o mérito do plano proposto, não podem deixar de mencionar que há problemas mais preocupantes nos Mercados Municipais do Concelho designadamente ao nível do melhoramento de algumas das suas infraestruturas, que importa resolver. E que esperam que o plano apresentado, possa ser ampliado para o resto do Concelho.

O Sr. Vereador José Cruz refere que nada tem contra o plano para esse espaço mas que a Câmara Municipal podia ir mais longe, realizando uma intervenção profunda, pois o lajedo onde se vão implementar as esplanadas não tem as devidas condições. Também referiu que há muitas pedras desocupadas no interior do Mercado, pelo que para se dinamizar o espaço se deveriam realizar feiras de stocks. Disse ainda que na zona poente, os vendedores estão à intempérie e ao sol, pelo que se deveria melhorar as condições de venda.

O Sr. Presidente disse que os Arquitetos da VRSA-SGU estão a preparar um plano para a área envolvente e que são necessárias diversas intervenções, pois trata-se de uma obra que não nasceu bem.

DECLARAÇÃO PARA EFEITOS DE CANDIDATURA JESSICA.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser declarada como um elemento chave e essencial do programa integrado de desenvolvimento urbano sustentável de Vila Real de Santo António a existência do lugar da Ponta da Areia, conforme planta de localização anexa, tal como outros documentos que constituem a proposta.

O Sr. José Cruz referiu que concorda que haja candidatura ao Jessica e que se apoie com verbas desse fundo investimentos noutras áreas do Concelho. No entanto, os considerandos da Proposta geram alguma confusão.

O Sr. Presidente explicou a atuação sobre esta matéria e refere que o que está em causa nesta proposta é alocar também a zona da Ponta da Areia.

Os Srs. Vereadores do Partido Socialista também mencionaram que a proposta não é suficientemente clara sobre as finalidades pretendidas com a mesma e questionaram o Sr. Presidente sobre o ponto de situação do Plano de Pormenor do Passeio de Santo António, bem como sobre quais as valências previstas para o edifício da Alfândega.

O Sr. Presidente responde que o edifício está incluído no programa de concurso mas a empresa que ganhar o concurso pode decidir afetar um ou mais edifícios à intervenção.

MINUTA DE PROTOCOLO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO E A FUNDAÇÃO DA JUVENTUDE, DELEGAÇÃO DO ALGARVE, NO ÂMBITO DA FORMAÇÃO PRÁTICA EM CONTEXTO DE TRABALHO.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Maria Conceição Cabrita, no sentido de ser aprovada a minuta de Protocolo entre a Câmara Municipal de Vila Real de Santo António e a Fundação da Juventude, Delegação do Algarve, no âmbito da formação prática em contexto de trabalho de um aluno do Curso de Aprendizagem de Técnico de Informática – Sistemas, documentos que constituem parte integrante da respetiva ata.

ADENDA AO CONTRATO-PROGRAMA RELATIVO AO FINANCIAMENTO DO PROGRAMA DE GENERALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES AOS ALUNOS DO 1º. CICLO DO ENSINO BÁSICO.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Maria da Conceição Cabrita, no sentido de ser autorizada a Adenda ao Contrato-programa relativo ao Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares do 1º ciclo do Ensino Básico referente ao ano letivo 2012/2013, documentos que constituem parte integrante da respetiva ata.

PEDIDO DE INFORMAÇÃO ACERCA DE EVENTUAL EXERCÍCIO DO DIREITO LEGAL DE PREFERÊNCIA REFERENTE A IMÓVEL SITO NA RUA DR. ANTÓNIO PASSOS, Nº. 56, EM VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido da Câmara Municipal não exercer o direito de preferência na venda do imóvel, inscrito na matriz predial sob o artigo 736, sito na Rua Dr. António Passos, n.º 56, em Vila Real de Santo António, documento que constitui parte integrante da presente ata.

ATRIBUIÇÃO DE NUMERAÇÃO POLICIAL NA FREGUESIA DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Vereador João Rodrigues, no sentido de ser atribuída a numeração policial na freguesia de Vila Real de Santo António, documentos que constituem parte integrante da respetiva ata.

O Sr. Vereador José Cruz disse que havendo tanto problema financeiro para os munícipes, será que a Câmara Municipal já ponderou que é mais um constrangimento para as famílias e que uma simples mudança do número de porta implica uma alteração de diversos documentos.

O Sr. Presidente disse que a Câmara Municipal já se apercebeu dos constrangimentos que essa medida está a implicar, pelo que está a ser reavaliada a proposta.

O Sr. Vereador José Cruz mencionou que se devia preparar uma informação para a população indicando os prós e os contras da proposta, apelando que se explique que é uma questão de cidadania que se atualize os números de polícia.

Os Srs. Vereadores David Murta e Célia Paz mencionaram que tinham previsto solicitar informações sobre a proposta apresentada pelos mesmos na reunião de 5 de novembro. Mas como o Sr. Presidente já tinha dado explicações sobre o assunto no PAOD, nada mais tinham a referir.

ATRIBUIÇÃO DO APOIO FINANCEIRO, NO VALOR DE 6.000,00 € PARA O AGRUPAMENTO DE ESCOLAS D. JOSÉ I E NO VALOR DE 1.000,00 € PARA O AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser atribuído um apoio financeiro no valor de 6.000,00 € para o Agrupamento de Escolas D. José I e 1.000,00 € para o Agrupamento de Escolas de Vila Real de Santo António, documento que constitui parte integrante da presente ata.

Pelos Srs. Vereadores David Murta e Célia Paz foi apresentado um requerimento, que foi lido e ficará apenso à ata, no qual solicitam o plano de intervenção escolar 2012/2013 e se disponibilizam para ser consultados com vista à elaboração do Plano para o ano 2014.

ISENÇÃO DAS TAXAS RESPEITANTES AO LICENCIAMENTO DO “ACAMPAMENTO OCASIONAL” - CORPO NACIONAL DE ESCUTAS, ESCUTISMO CATÓLICO PORTUGUÊS - AGRUPAMENTO N.º 1370 DE VILA REAL SANTO ANTÓNIO.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Vereador João Rodrigues, no sentido de ser ratificado o seu despacho referente à isenção das taxas respeitantes ao licenciamento do Acampamento Ocasional, solicitado pelo Corpo Nacional de Escutas, Escutismo Católico Português - Agrupamento n.º 1370 de Vila Real Santo António, nos termos do disposto do artigo 9.º do Regulamento Geral das Taxas Municipais, e a isenção total das taxas relativas a futuros pedidos, desde que o objeto de licenciamento seja da mesma natureza e solicitados pela mesma entidade, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

ISENÇÃO DAS TAXAS RESPEITANTES À APRECIÇÃO E LICENCIAMENTO DO ESPETÁCULO DE SOLIDARIEDADE - 1.º CONCURSO DE FADO, A REALIZAR NO DIA 17 DE NOVEMBRO DE 2013, NA ESCOLA SECUNDÁRIA DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser ratificado o seu despacho referente à isenção das taxas respeitantes à apreciação do pedido e licenciamento do espetáculo de solidariedade – 1.º Concurso de Fado, a realizar no dia 17 de Novembro de 2013, na Escola Secundária de Vila Real de Santo António, nos termos do disposto do artigo 9.º do Regulamento Geral das Taxas Municipais, e a isenção total das taxas relativas a futuros pedidos, desde que o objeto de licenciamento seja da mesma natureza e solicitados pela mesma entidade, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO.

Não se registaram intervenções.

MINUTA DA REUNIÃO: - A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes e ao abrigo do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de doze de setembro, depois de lida e achada conforme, aprovar em minuta a ata da presente reunião.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO: - E nada mais havendo a tratar, foi pelo Senhor Presidente declarada encerrada a reunião, pelas 10 horas e 45 minutos.

E de tudo para constar se lavrou a presente ata que está conforme a minuta aprovada no final da mesma e vai ser devidamente assinada.

E eu, _____, Chefe de Divisão das Atividades Económicas, a redigi, subscrevo e assino.
